

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

LICENÇA MÉDICA - SIGS

| | |
|---|--|
| Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais | <p><i>Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho;</i> <i>Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br;</i> <i>Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal;</i> <i>Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE;</i> <i>Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308</i> <i>(de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i> <i>Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i> <i>WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i></p> |
| Endereço e Telefone do Tribunal | <p><i>Av. Santos Dumont, 3384</i> <i>Aldeota - Fortaleza/CE</i> <i>CEP: 60.150-162</i> <i>Telefones:</i> <i>(85) 3388-9400 (85) 3388-9300</i></p> |
| Sítio institucional sobre a LGPD | <p><i>www.trt7.jus.br/igpd</i></p> |
| Centro de Tratamento | <p><i>Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, DIVISÃO DE SAÚDE, Rua Vicente Leite, 1281, Térreo - CEP 60.170-151.</i></p> |

| LICENÇA MÉDICA - SIGS | |
|------------------------------|---|
| Gestor do sistema | DIVISÃO DE SAÚDE |
| Finalidade do tratamento | <ul style="list-style-type: none">• O SIGS - Sistema Integrado de Gestão de Saúde é um sistema incorporado ao SIGEP, que tem o papel de gerenciar as ações da Divisão da Saúde.• Permite que o Gestor(a) acompanhe (quantitativamente) os atendimentos realizados pela equipe multiprofissional.• Cadastrar profissionais de saúde do quadro funcional e profissionais médicos externos, assim como o cadastro de pacientes externos.• Marcação de consultas (agendar atendimento, inclusive todos os exames constantes no |

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

LICENÇA MÉDICA - SIGS

| | |
|--|---|
| | <p><i>PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, quais sejam: admissionais, periódicos, retorno ao trabalho e afastamento definitivo, remoção / redistribuição e reabilitação. Elaboração de prontuários eletrônicos com histórico de saúde e ainda a possibilidade de digitalização de prontuários físicos.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Consulta de licenças médicas SIGS e SIGEP (migração), que podem ser feitas pela equipe da DS, ou pelo próprio magistrado(a)/servidor(a) no perfil de auto-atendimento.</i>• <i>Cadastrar e Gerir as licenças médicas, com o controle e lançamento de atestados, laudos, exames de imagem e laboratoriais, relatórios, dentre outros que forem apresentados.</i>• <i>Cadastrar Junta Médica/Odontológica.</i>• <i>Perícia oficial.</i>• <i>Emissão de relatórios gerenciais (quantitativo de licenças - totalizador, licenças SIGS e SIGEP - por período, impressão de prontuário completo e relatórios de indicadores do CNJ e CSJT.</i>• <i>Permite a gestão de Programas de Saúde.</i>• <i>Registrar acidente de serviço (comunicação de acidente em serviço - CAS).</i> |
| Titulares dos dados | <ul style="list-style-type: none">- <i>Magistrados e Servidores (ativos e inativos) e dependentes.</i>- <i>Profissional Médico (interno/externo).</i> |
| Fonte do Dado | <p><i>SIGEP (dados não migram automaticamente para o SIGS).</i></p> <p><i>Dados inseridos pelo próprio servidor (Atestados, laudos, exames, relatórios) através do seu perfil no SIGS, de autoatendimento.</i></p> |
| São tratados dados sensíveis? | <p><i>SIM, quando constam de documentos que tratem da saúde, como atestados, laudos médicos, nos termos do inciso II, do art. 5º, da Lei 13.709/2018.</i></p> |
| São tratados dados de crianças e adolescentes? | <p><i>SIM</i></p> |
| Enquadramento legal | <p><i>art. 7º da LGPD</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>VIII - para tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde,</i></p> |

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

LICENÇA MÉDICA - SIGS

| | |
|------------------------------------|---|
| | <p><i>serviços de saúde ou autoridade sanitária.</i></p> <p><u>Ato TRT7 nº 191/2019.</u></p> |
| <p>Categoria de dados pessoais</p> | <ul style="list-style-type: none">• <i>Cadastros contendo Nomes, CPF (magistrado, servidor e dependentes, dos profissionais de saúde (interno e externo).</i>• <i>Tipo de licença médica (Classificação Internacional de Doenças - Código da Doença).</i>• <i>Exames admissionais.</i>• <i>Prontuários eletrônicos com histórico de saúde.</i>• <i>Atestados médicos.</i>• <i>Laudos médicos periciais.</i>• <i>Exames de imagem e laboratoriais.</i>• <i>Registro de acidente de serviço (comunicação de acidente em serviço - CAS).</i> |
| <p>Categoria de destinatários</p> | <p><i>Os dados pessoais, que constam nos arquivos digitais ou que vierem a ser digitalizados, não são compartilhados, são utilizados de forma sigilosa e ficam sob os cuidados da Divisão de Saúde, cabendo ao seu Diretor a concessão das permissões de utilização do sistema, de acordo com a finalidade. Os dados relativos à gestão (lotação, dados pessoais dos magistrados / servidores) migrados do SIGEP ficam com livre acesso para os servidores e estagiários lotados na Divisão de Saúde que tenham acesso ao SIGS. Os dados relativos aos prontuários e aos seus respectivos atendimentos somente são acessíveis aos profissionais de saúde. Não há compartilhamento de dados do prontuários do servidor com pessoas ou empresas externas ao quadro funcional deste e de outros Tribunais. Quando solicitados pelos Serviços de Saúde de outros Tribunais, o prontuário do servidor pode ser compartilhado, mormente em casos de remoção, permuta, redistribuição, aposentadoria, dentre outros.</i></p> |
| <p>Transferência internacional</p> | <p><i>Não.</i></p> |
| <p>Prazo de conservação</p> | <p><i>Prazo indeterminado.</i></p> |
| <p>Local de Armazenamento</p> | <p><i>Banco de Dados no Datacenter e no Site Backup do</i></p> |

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

LICENÇA MÉDICA - SIGS

| | |
|----------------------|--|
| | <i>Tribunal</i> |
| Medidas de segurança | <p>As <i>medidas de segurança implementadas correspondem com as previstas nos seguintes instrumentos:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• <u><i>Política e normas complementares de segurança da informação do TRT7;</i></u>• <u><i>Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT7.</i></u>• <u><i>DECRETO Nº 9.637/2018 que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.</i></u>• <u><i>Norma NBR 27001/2013 - esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização.</i></u>• <u><i>Norma NBR 27002/2013 - Esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.</i></u> |